



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2016

Dispõe sobre a realização de auditorias ambientais compulsórias nos empreendimentos que desenvolvam atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece regras para a realização de auditorias ambientais compulsórias nos empreendimentos que desenvolvam atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

Art. 2º Os empreendimentos que desenvolvam atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, que impliquem riscos aos ecossistemas e à qualidade de vida, serão submetidos a auditorias ambientais periódicas independentes, sem prejuízo de outras formalidades ambientais legalmente exigíveis.

Art. 3º Define-se por auditoria ambiental a execução de estudos com vistas a:

- I – avaliar o desempenho da gestão ambiental dos empreendimentos;
- II - verificar o cumprimento da legislação ambiental municipal, distrital, estadual e federal;
- III - avaliar a implementação dos programas ambientais, de controle, compensação e monitoramento ambiental, bem como das condicionantes técnicas das licenças, e das determinações dos órgãos ambientais competentes;
- IV – identificar falhas na operação dos empreendimentos e mensurar os riscos de danos ambientais;

V - propor medidas para proteger o meio ambiente e a saúde humana contra riscos e danos ambientais indesejados.

Art. 4º Serão obrigatoriamente submetidos a auditorias ambientais periódicas independentes os seguintes empreendimentos:

I – refinarias, oleodutos e terminais de petróleo e seus derivados;

II - instalações portuárias;

III - instalações destinadas à estocagem de substâncias tóxicas e perigosas;

IV - instalações de processamento e de disposição final de resíduos tóxicos ou perigosos;

V - unidades de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas e radioativas;

VI - instalações de tratamento e sistemas de disposição final de esgotos domésticos;

VII - indústrias químicas, petroquímicas, metalúrgicas e siderúrgicas;

VIII - indústrias de celulose e papel;

IX – estabelecimentos que produzam significativa quantidade de rejeitos hospitalares; e

X - mineração.

Art. 5º As auditorias ambientais dos empreendimentos sujeitos à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto do Meio Ambiente (EIA/RIMA), deverão:

I - confrontar os impactos ambientais gerados na implantação e operação da atividade com os previstos no EIA/RIMA, considerando o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto e seus efeitos nos meios físico, biológico e socioeconômico;

II - reavaliar os limites da área geográfica realmente afetada pela atividade e comparar com os previstos no EIA/RIMA;

III – avaliar o impacto gerado pelo empreendimento no desenvolvimento econômico da área de influência do projeto, considerando os planos e programas

governamentais implementados, os benefícios e ônus gerados pela atividade e os impactos ambientais negativos e positivos;

IV - identificar os impactos ambientais não previstos no EIA/RIMA, ou a sua tendência de ocorrência, especificando os agentes causadores e suas interações;

V - apresentar estudo comparativo do monitoramento realizado no período, com os impactos ambientais previstos no EIA/RIMA, considerando a eficiência das medidas mitigadoras implantadas e os resultados obtidos;

VI - apresentar cronograma de ações corretivas e preventivas de controle ambiental.

Art. 6º A auditoria ambiental será realizada por equipe multidisciplinar habilitada, credenciada pelo órgão licenciador competente, não dependente direta ou indiretamente do responsável pelo empreendimento.

§ 1º Serão de responsabilidade do empreendedor todas as despesas e custos referentes à realização da auditoria ambiental.

§ 2º O intervalo máximo entre auditorias ambientais periódicas será de dois anos, considerando-se o porte, a natureza e a complexidade das atividades auditadas bem como a importância e a urgência dos riscos ambientais detectados.

§ 3º Constatadas infrações ambientais, serão realizadas auditorias trimestrais sobre os aspectos a elas relacionados, até a correção das irregularidades, independentemente da aplicação das sanções pertinentes.

§ 4º A equipe de auditoria será responsável, conjuntamente com o empreendedor, pelos resultados apresentados.

§ 5º Caso sejam identificadas situações de risco ou dano ambiental iminente, os auditores notificarão imediatamente o responsável pelo empreendimento, que dará conhecimento ao órgão licenciador.

§ 6º Havendo negligência, imperícia, imprudência, falsidade, omissão ou sonegação de informações relevantes na auditoria ambiental, os responsáveis serão descredenciados para a realização de novas auditorias pelo prazo de cinco anos.

Art. 7º A renovação da licença ambiental fica condicionada à apresentação dos relatórios das auditorias ambientais, no prazo determinado pelo órgão ambiental.

Parágrafo único. Não haverá descontinuidade nas renovações da licença ambiental do empreendimento durante a análise da auditoria ambiental, até a emissão do respectivo parecer técnico final, salvo na constatação de infração ambiental.

Art. 8º Todos os documentos relacionados às auditorias ambientais, incluindo os relatórios e os currículos dos técnicos responsáveis por sua realização, serão acessíveis à consulta pública no sítio do órgão licenciador na rede mundial de computadores.

Art. 9º O art. 68 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renomeando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 68.

.....
 § 2º Incorre nas mesmas penas quem deixar de apresentar relatórios de auditoria ou quaisquer documentos e informações ambientais nos prazos exigidos pela legislação ou, quando aplicável, naquele determinado pela autoridade ambiental.” (NR)

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Muito tem sido discutido sobre a burocracia no licenciamento ambiental e sobre a incapacidade dos órgãos e entidades ambientais em fiscalizar o cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças. Ciente de sua baixa capacidade para acompanhar o desempenho ambiental dos empreendimentos, o Estado exige um excesso de estudos e informações prévias, causando grande morosidade na implantação de projetos importantes para o Brasil.

O sistema de regulação ambiental não pode ser empecilho para o desenvolvimento do País. Ao contrário, deve conciliar desenvolvimento econômico, bem estar social e conservação ambiental, concretizando o que se denomina como “desenvolvimento sustentável”.

Não se pode conceber que o Brasil abdique de explorar suas riquezas naturais porque o Estado é incapaz de promover uma regulação que permita racionalidade e sustentabilidade nessa exploração. É evidente a associação entre pobreza e degradação ambiental. A utilização adequada dos recursos naturais pode gerar riquezas e tributos que acabarão provendo melhores condições de vida à população e maior capacidade de gestão estatal, o que facilitará a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de uma governança ambiental mais eficaz.

A adoção da auditoria ambiental compulsória poderá ajudar a resolver o problema da falta de fiscalização ou fiscalização ineficaz dos empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental. É mais adequado, mais rápido e mais barato que o órgão ambiental analise os relatórios de auditoria preparados por especialistas do que verificar *in loco* os milhares de empreendimentos que devem ser acompanhados.

Alguns estados brasileiros possuem legislação estabelecendo auditoria ambiental compulsória, como Rio de Janeiro e Minas Gerais. Convém estender essa regra para todo o território nacional. No âmbito da União apenas as entidades exploradoras de portos organizados e instalações portuárias e os proprietários ou operadores de plataformas e suas instalações de apoio estão obrigados a realizar auditorias ambientais, por força da Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, que *dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências*.

A realização de auditorias será benéfica também aos empreendedores, pois evita ou reduz as sanções administrativas e penais, bem como as reparações por danos causados ao meio ambiente e a terceiros. As empresas economizarão recursos, pois anteciparão a solução do problema para quando este ainda não tenha causado grandes danos.

No intuito de contribuir com o aprimoramento da legislação ambiental brasileira, conto com os votos dos nobres Parlamentares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

Senador **WILDER MORAIS**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - LEI DE CRIMES AMBIENTAIS - 9605/98](#)
[artigo 68](#)

[Lei nº 9.966, de 28 de Abril de 2000 - 9966/00](#)

(Às Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa)